

# BREVE HISTÓRICO DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO: IMPLICAÇÕES PARA A DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

Tenente-Coronel Moises da Paixão Junior

O Ten Cel Art Paixão é o atual Chefe da Seção de Integração e Coordenação da Divisão de Planejamento, do Centro de Doutrina do Exército. Foi instrutor dos Cursos de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Ao longo de sua carreira, participou da elaboração e revisão de diversas publicações de Doutrina Militar Terrestre (DMT), destaque para o Manual de Campanha C6-82 – Obuseiro L118 (Light Gun) e a atual Edição, ano de 2012, das Instruções Gerais para a Organização e o Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).



O estudo do desenvolvimento recente da Doutrina Militar Terrestre (DMT)<sup>1</sup> permite inferir sua estreita correspondência com a evolução do Estado-Maior do Exército (EME), no que se refere à organização e à atuação deste Órgão de Direção Geral do Exército Brasileiro.

Criado em 1896, o EME recebeu, em seu primeiro dispositivo legal<sup>2</sup>, a missão de “preparar o Exército para a defesa da Pátria”, sendo, por isso, “especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares”. Ainda sob sua coordenação, estavam a “instrução e a disciplina das tropas”<sup>3</sup>.

Observa-se, contudo, que as múltiplas alterações estruturais ocorridas no EME ao longo da sua história e as influências momentâneas de doutrinas militares de outros países conduziram a DMT por diversos caminhos – nem sempre convergentes, e sob enfoques e diretrizes distintas. Ademais, a necessária disponibilidade de pessoal para tratar de doutrina no EME, tanto em qualidade como em quantidade, foi submetida a reduções significativas, principalmente, a partir da última década do século XX, como resultado da crescente demanda por cargos, em função da implantação de novas estruturas no Exército Brasileiro.

Em 2010, com a criação do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), inserido na estrutura do EME, um novo horizonte se descortina. A arquitetura do C Dout Ex, dedicada - e adequada - ao efetivo desenvolvimento de doutrina, possibilita devolver à DMT o papel relevante que lhe cabe como Vetor de Transformação da Força Terrestre (F Ter).

O presente artigo pretende apresentar um breve histórico do EME, destacando fatos e estabelecendo uma correlação com o desenvolvimento da DMT. Serão apresentadas, também, as principais mudanças estruturais que impactaram a DMT nos diferentes períodos que constituem a evolução do EME.

## ENTRE A CRIAÇÃO DO EME E A I GUERRA MUNDIAL

No início, “em meio a uma fase de ressurgimento do espírito profissional”<sup>4</sup>, o EME buscou organizar-se de modo a atender às suas atribuições, enfrentando dificuldades de toda ordem, com destaque para aquelas decorrentes da insuficiência de pessoal preparado para implantá-lo e do espírito de trabalho burocrático então vigente.

Ao assumir a função de Chefe do EME no ano de 1910, o General de Divisão José Caetano de Faria assinalou que a atuação do órgão não estava bem definida:

“Além do Órgão viver assoberbado pelas questões de serviços correntes e de caráter puramente administrativo, havia conflitos de atribuições nos regulamentos em vigor, criando dualidade de funções impossível de se conciliar com o dever de formar a unidade de doutrina que lhe cabia [...]”<sup>5</sup>.

Com pesar, declarou que, “(...) embora tivesse a responsabilidade de instruir toda a tropa e zelar pela unidade de doutrina, infelizmente os trabalhos de harmonização não podiam ser iniciados devido à existência de regulamentos táticos estudados por outras repartições e aprovados, sem ser ouvido o Estado-Maior”<sup>6</sup>.

São de autoria do próprio General Caetano de Faria os primeiros produtos doutrinários da época, intitulados “Guias para a Instrução da Tropa de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia e o Regulamento de Manobras para a Arma de Infantaria”<sup>7</sup>.

Cinco anos mais tarde, logo no início de sua atuação como Chefe do EME, o Marechal Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro “constatou a inexistência de uma Doutrina, de um programa lógico e imutável em seus pontos fundamentais, e de um plano conjunto traduzindo, rigorosamente, as necessidades de defesa”<sup>8</sup>. O relatório do EME do ano de 1915, assinalava “a falta de uma doutrina, o que redundava na inexistência de programas e planos invariáveis no tempo, em suas linhas gerais e traçados inteligentemente, após estudos

aprofundados, por homens competentes e práticos [...]”<sup>9</sup>.

Ainda quanto à doutrina, nas palavras do Marechal Bento Ribeiro, “Ela devia começar por precisar bem as ideias, empregando a terminologia mais apropriada para exprimir com acerto os conceitos”<sup>10</sup>.

Nesta fase inicial do EME, em função das dificuldades de organização do órgão, não foi possível o desenvolvimento adequado da DMT, ainda fortemente influenciada pela doutrina militar portuguesa.

## O PERÍODO ENTRE AS GUERRAS MUNDIAIS

A Grande Guerra de 1914 a 1918 “teve profundos reflexos no pensamento estratégico por mais de 20 anos e gerou [...] modificações, não só na tática, como nas doutrinas e concepções de guerra até então aceitas”<sup>11</sup>.

Para a DMT, era desejável a contratação de uma Missão Militar de Instrução “para orientar o Exército quanto a material, instrução e modificações introduzidas na tática”<sup>12</sup>, notadamente do lado vitorioso, em que pesem os efeitos benéficos dos ensinamentos colhidos por oficiais brasileiros que haviam cursado escolas alemãs, os quais ficaram conhecidos como os jovens turcos. Tais efeitos perduraram até 1922 e caracterizaram um breve período de influência da doutrina germânica.

Nesse contexto, o EME apresentou ao Governo o pleito de contratação da Missão Militar Francesa (MMF), a qual reorganizou o Exército, reorientou a doutrina, elaborou novos regulamentos e aperfeiçoou o ensino e a instrução das suas Escolas, à exceção da Escola Militar do Realengo, que continuou por algum tempo com a Missão Indígena<sup>13</sup>.

Os reflexos da MMF ficaram evidentes durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Um metucioso estudo das operações, determinado pelo então Chefe do EME, General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves, concluiu que: “As operações ocorridas na Revolução Constitucionalista revelaram um notável progresso da doutrina de emprego da

tropa e quanto à organização e funcionamento dos diversos serviços. Atribuía o fato à competente colaboração dos oficiais de estado-maior nos diversos destacamentos que aplicaram os métodos preconizados pela Missão Militar Francesa.”<sup>14</sup>

Ao ocorrer o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, nos primeiros dias de 1942, as atividades do EME voltaram-se para o planejamento da defesa do território, o planejamento da mobilização geral e a organização de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB). A FEB seria “organizada nos moldes do Exército dos Estados Unidos e tendo que ser preparada para lutar segundo seus padrões doutrinários e táticos”<sup>15</sup>. A partir desse momento, a influência americana passou a se fazer presente na Doutrina de Emprego da Força Terrestre<sup>16</sup>, no EME e, inevitavelmente, no Exército Brasileiro como um todo.

O período entre as guerras mundiais, portanto, apresenta-se como uma época de alternância da influência de doutrinas estrangeiras sobre a DMT, ou seja, desde a alemã, com os “jovens turcos”, passando pela francesa com a MMF e culminando com a adoção da americana.

## DA II GUERRA MUNDIAL À REVOLUÇÃO DE 1964

Após a II Guerra, com a aprovação dos atos de 1948, que estabeleceram uma Missão Militar Americana, e, em 1952, com o estabelecimento do Acordo de Assistência Militar com os EUA, o Exército Brasileiro passou a equipar as Unidades-Escola com materiais norte-americanos. Dessa maneira, os métodos de instrução, a doutrina e as técnicas de emprego do Exército norte-americano passaram a ser difundidos com maior intensidade.

Vale destacar que essa transformação ensejou a coexistência da doutrina francesa – e dos materiais europeus mais antigos, que não poderiam desaparecer de uma hora para a outra – com a doutrina norte-americana, que trazia consigo modernos materiais.

Na década de 1960, os oficiais que haviam combatido em solo europeu durante a 2ª Guerra Mundial passaram a trabalhar em conjunto com outros oficiais que serviam no EME e na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), utilizando três tipos de Organização Divisionária.

Foi um momento que ficou conhecido como o da perplexidade<sup>17</sup>. As pesquisas doutrinárias empregavam:

“a Divisão de Infantaria (DI) com a organização americana e cujo modelo estava nas tropas do Grupamento de Unidades Escola (GUEs); a Divisão de Infantaria que, em última análise, tinha organização ‘febiana’; e

a Divisão de Infantaria que correspondia à realidade do restante do Exército.”<sup>18</sup>

Esses fatos “convenceram o EME da impossibilidade de seguir por inteiro a doutrina americana e da necessidade de identificar soluções próprias”<sup>19</sup> mais adequadas à realidade brasileira.

Com a chegada ao Brasil dos primeiros ensinamentos extraídos das guerras insurrecionais travadas pelos franceses na Indochina, entre 1946 e 1954, e na Argélia, entre 1954 e 1962, uma vez mais, concepções doutrinárias externas influenciaram a Doutrina de Emprego da F Ter. Da experiência na Indochina, foram assimiladas técnicas de antiguerilha rural. Da Argélia, vieram as técnicas de antiguerilha urbana. “Todos esses ensinamentos eram absorvidos pela ECEME e pelo EME. Começaram assim os estudos da guerra irregular”, no contexto da segurança interna<sup>20</sup>.

A partir de 1962, as atividades do EME apresentaram considerável rendimento quanto à produção doutrinária na formulação de políticas, nos planejamentos, na elaboração de anteprojetos ou, ainda, na revisão de publicações. Registram-se, neste mesmo período, as primeiras conceituações relacionadas à Doutrina de Segurança Nacional, à Doutrina de Guerra, à Doutrina Militar Brasileira e à Doutrina de Emprego da Força Terrestre, elaboradas pelo EME.

No que se refere à DMT, o período caracterizou-se por uma transição traumática da influência francesa para a americana e, até mesmo, para um esboço de uma doutrina basicamente brasileira apoiada nos estudos e pesquisas desenvolvidos no EME e na ECEME.

## DE 1964 A 1984

Gradativamente, a partir da Revolução de 31 de Março de 1964, o EME consolidou-se como Órgão de Direção Geral, dedicado, quase exclusivamente, às atividades de planejamento e coordenação. Aprimorou as pesquisas, a

formulação e o desenvolvimento de uma DMT condizente com a realidade brasileira, beneficiando-se das experiências militares dos demais países do mundo e buscando administrar o ciclo de vida dos materiais de emprego militar que a crescente indústria bélica do País teria condições de produzir.

Nas palavras do então Chefe do EME, o General de Exército Décio Palmeira Escobar, o Órgão deveria atuar como “formulador e depositário da Doutrina Militar de Emprego da Força Terrestre” e ser o principal órgão de estudos, coordenação e verificação de assuntos relacionados com a alta administração do Exército, para prepará-lo, sob todos os aspectos, a fim de que melhor pudesse cumprir suas missões. “Sempre de acordo com a doutrina, compete-lhe: organizar, equipar, instruir o Exército, fixar-lhe a repartição e preparar-lhe para o emprego [...]”<sup>21</sup>.

A partir do final da década de 1960, o EME voltou-se inteiramente para o planejamento e para a implementação de ações que visavam ao aumento da operacionalidade da F Ter, articulando-a, organizando-a – em pessoal e material – e orientando a instrução militar. Essa nova postura, que se traduzia no desenvolvimento de uma doutrina genuinamente brasileira, foi impulsionada, entre outros motivos, pelo término da influência da doutrina norte-americana, com a denúncia, em 1977, do Acordo de Assistência Militar, que vigorava há 15 anos.

Na década de 1970, o EME lançou as Bases para reformulação da Doutrina Militar Brasileira, que, além da introdução de uma nova metodologia de planejamento, criavam o escalão Divisão de Exército, em substituição às antigas Divisões de Infantaria e Cavalaria. Foram, também, criados os diferentes tipos de Brigadas e os Batalhões Logísticos, bem como reestruturadas as Regiões Militares, para possibilitar maior flexibilidade organizacional e melhor desempenho logístico<sup>22</sup>.

Embora tenha sido elaborado o documento denominado Bases para a Doutrina de Emprego da Força Terrestre em 1978, “a doutrina ainda não tinha sido elaborada definitivamente; era inferida das Instruções Provisórias em vigor e dos regulamentos produzidos segundo o Plano de Elaboração de Manuais (PEM)”<sup>23</sup>.

## DE 1984 À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Os eventos ocorridos no cenário internacional e no ambiente nacional no ano de 1984, aliados às profundas modificações efetuadas na organização do EME, fizeram desse ano um marco para o início de um novo período da história do EME.

Particularmente no que se refere à Doutrina de Emprego da F Ter, os estudos desenvolvidos na 3ª Subchefia culminaram com a criação de um Órgão de Direção Setorial – a Secretaria de Ciência e Tecnologia<sup>24</sup>, voltado para a direção, coordenação e integração das atividades científico-tecnológicas relativas às áreas de doutrina, pessoal e material. Ainda em 1984, realizou-se a revisão das Bases para a Doutrina de Emprego da Força Terrestre, para serem utilizadas nos trabalhos relativos ao Planejamento Estratégico do Exército.

Neste mesmo ano, foram desenvolvidos estudos para estabelecer a metodologia que possibilitasse ao EME realizar a reciclagem dos planejamentos do Exército, consubstanciados no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX)<sup>25</sup>, documento que continha a visão e os métodos de planejamento para o Exército, no nível político-estratégico.

Uma das consequências do SIPLEX foi a publicação, em 1987, das Instruções Gerais para a Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Básica de Emprego da Força Terrestre (SIDOBE - IG 20-13), “eficiente instrumento na ordenação e sistematização do desenvolvimento da doutrina básica de emprego da Força Terrestre”<sup>26</sup>.

O SIDOBE veio “preencher uma lacuna no macrossistema Exército, uma vez que, anteriormente, todo o processo de desenvolvimento da doutrina vinha ocorrendo de maneira empírica”. Pela sistemática do SIDOBE, foram elaborados o Quadro de Situação da Doutrina (QSD) e o Plano de Desenvolvimento da Doutrina (PDD), sendo que, a cada ano, seria atualizado o Plano de Elaboração de Anteprojetos de Manuais.

Em 1992, entrou em vigor a Coletânea – “Doutrina Militar Terrestre”<sup>27</sup>, consolidando, em um único volume, as informações atualizadas e aperfeiçoadas do SIPLEX e do SIDOBE. Com a divulgação da coletânea, foi revogado o SIDOBE. Com a finalidade de sintetizar a sistemática contida na coletânea, foi elaborada e aprovada a Diretriz

para o Sistema de Doutrina de Preparo e Emprego da Força Terrestre (SIDOPE)<sup>28</sup> “instrumento dinâmico, em constante evolução, de forma a permitir reajustamentos às novas condicionantes, conforme as necessidades da F Ter”<sup>29</sup>.

O SIDOPE surgiu no contexto da criação do Comando de Operações Terrestres (COTER), no início da década de 1990, Comando que passou a coordenar os aspectos executivos das operações da Força Terrestre, desonerando o EME dessas responsabilidades.

Finalmente, em 1999, o SIDOPE foi substituído pelo Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT), com a publicação das novas Instruções Gerais desse sistema <sup>30</sup>.

Na década de 1990, a adoção das Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre constituiu-se em ponto de inflexão da DMT. Consubstanciadas nas IP 100-1 “Doutrina DELTA”, de 1996, para o combate convencional; nas IP 100-2 “Doutrina ALFA”, de 1997, para a Defesa Interna; e nas IP 100-3 “Doutrina GAMA”, também de 1997, voltadas para a área estratégica da Amazônia, e suas variantes “C” (convencional, de curta duração) e “R” (não-convencional, de longa duração). Essas publicações, ainda em vigor,

transformaram-se em polos de disseminação de novas táticas, técnicas e procedimentos, exigindo esforço, criatividade e ousadia de todos os órgãos do Exército para a adequação aos seus preceitos de modernização.

### SÍNTESE DOS REGULAMENTOS E DA ESTRUTURA DO EME ATÉ A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Entre 1896 e 1914, o EME teve seus três primeiros Regulamentos. O primeiro, de 1896, previa uma organização em quatro Seções, sendo que a 1ª Seção, denominada Direção, absorvia os assuntos relacionados à Doutrina, então definidos por “estudos estatísticos e históricos dos exércitos nacionais e estrangeiros, da organização de paz e de guerra, da tática e da estratégia, das missões militares e do serviço de estado-maior”<sup>31</sup>.

Pelo segundo e terceiro Regulamentos, de 1909 e de 1912, respectivamente, o EME permaneceu organizado em quatro seções. Quanto à Seção de Doutrina,

“competia a organização e distribuição das forças do Exército nacional, o estudo dos meios de defesa do País, a Estatística Militar, as informações e a revisão dos programas de ensino

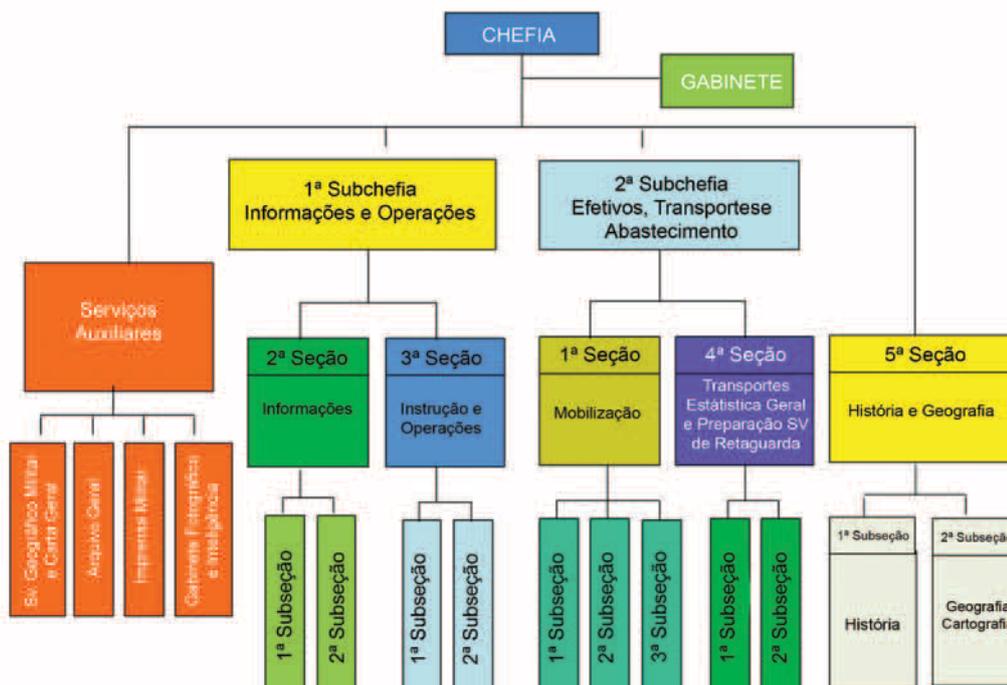


Figura 1: – Organograma do EME em 1921 - Fonte: Adaptado de Brasil (1984)

e mais a fiscalização da instrução tática no Exército e na Escola de Estado-Maior”<sup>32</sup>.

No período entre guerras, o EME adotou mais três regulamentos. Pelo quarto Regulamento, de 1921, elaborado já sob a influência francesa, o EME era organizado em duas Subchefias e uma Seção de História e Geografia. A 1ª Subchefia, agora dividida em 2ª e 3ª Seções, concentrava nesta última a maioria dos assuntos relacionados à DMT no que se referia à Instrução e Operação. A Figura 1 apresenta essa estrutura.

O quinto, o sexto e o sétimo Regulamentos, respectivamente de 1934, 1938 e 1948, não alteraram significativamente o anterior, permanecendo os assuntos de doutrina na 3ª Seção da 1ª Subchefia.

Vale destacar a estrutura do 8º Regulamento, de 1950, de caráter provisório, o qual priorizava uma organização para atuar como um Estado-Maior Conjunto. Por esse Regulamento, as 1ª e 2ª Subchefias foram substituídas pela Subchefia Executiva e pela Subchefia de Planejamento.

A Subchefia de Planejamento era constituída por três seções do Estado-Maior Conjunto: uma de Informações e Segurança, uma de Operações e uma dedicada à Logística. Essas seções eram integradas por oficiais superiores das três forças singulares<sup>33</sup>.

A Subchefia Executiva, por sua vez,

compunha-se de cinco seções do Estado-Maior do Exército, em estrutura bastante similar à dos dias atuais, com a 1ª Seção responsável pela Organização, Pessoal e Mobilização; a 2ª Seção encarregada das Informações e Segurança; a 3ª Seção tratando de Doutrina, Instrução e Operações; a 4ª Seção encarregada da Logística e Estatística; e a 5ª Seção com os encargos de Geografia e História Militar.

Essa organização permaneceu até 1955, quando entrou em vigor o nono Regulamento. Neste, foi extinta a Subchefia de Planejamento e retomado o modelo vigente no sétimo Regulamento, com apenas duas Subchefias. As cinco seções foram desmembradas nas 1ª e 2ª Subchefias, sendo que a 3ª Seção, nesta nova configuração, passou da 1ª para a 2ª Subchefia, com a responsabilidade adicional do Ensino, além das atribuições que desempenhava na Subchefia Executiva, como pode ser observado na Figura 2.

Em 1956 passaram a ser subordinados ao EME “a Diretoria geral de Ensino, a Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea, a Diretoria de Instrução do Exército, a Diretoria do Serviço Geográfico; a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola Técnica do Exército”<sup>34</sup>. O décimo Regulamento, publicado em 1958, representou poucas modificações em relação ao anterior. Destaca-se, nesse período,

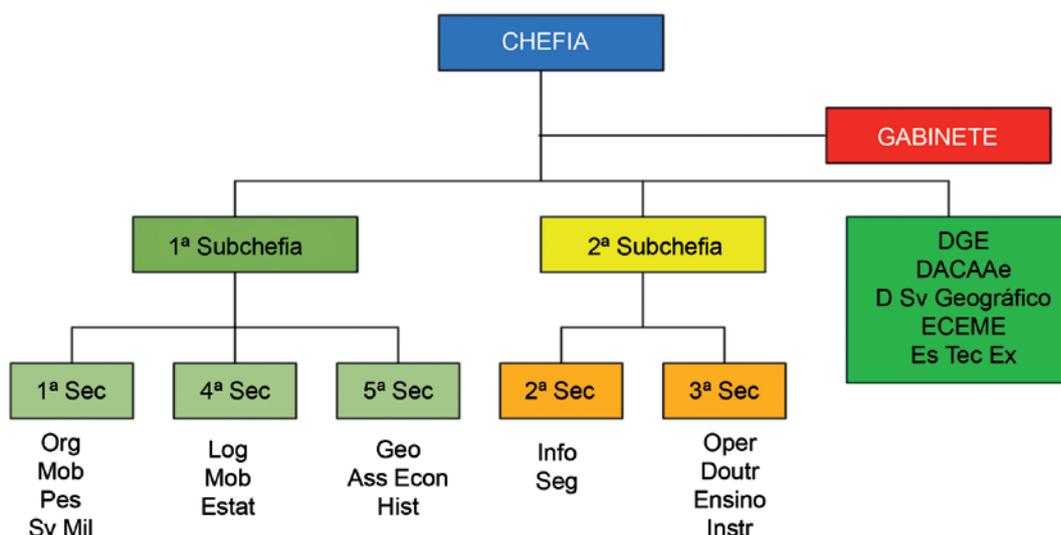


Figura 2: – Organograma do EME em 1956. Fonte: Adaptado de Brasil (1984)

que a Escola Técnica do Exército deixou de ser subordinada ao EME.

O décimo primeiro Regulamento foi o primeiro que se referiu ao EME como Órgão de Direção Geral, diferenciando-o dos Departamentos que são Órgãos Setoriais<sup>35</sup>. Por esta organização, o EME compunha-se de oito Seções, diretamente subordinadas ao Chefe do EME, e duas Subchefias, que tinham o encargo de apenas orientar e dirigir os trabalhos das comissões encarregadas de estudos e planejamentos determinados. A 8ª Seção era a encarregada da Doutrina, Pesquisa e Desenvolvimento (como apresentado na Figura 3).

Esse Regulamento sofreu críticas pelo fato de as diferentes seções ficarem diretamente subordinadas ao Chefe do EME e pela necessidade de uma distribuição mais racional e objetiva das tarefas afetas a cada um das seções. Assim, a partir de março de 1978, e finalmente adotado em dezembro daquele mesmo ano, o décimo segundo Regulamento reorganizou o EME com cinco Subchefias, sendo a 4ª a responsável pela Doutrina e Pesquisa, que tinha por atribuições:

“o planejamento e a programação relativos à Doutrina Militar, Pesquisa, Geografia e História; o estabelecimento, a evolução e o desenvolvimento

da Doutrina Militar, das Políticas Setoriais do Exército e da Missão e Estrutura Básicas das Organizações Militares Operacionais.”<sup>36</sup>

O décimo terceiro Regulamento, de 1982, manteve quase a mesma estrutura do anterior, com a 4ª Subchefia encarregada do planejamento de Pesquisa e Doutrina. O décimo quarto Regulamento, de 1983, ainda que com um breve período de vigência, criou a 6ª Subchefia do EME.

O décimo quinto Regulamento, também de 1983, continuou com a organização do EME em seis Subchefias, todavia modificou substancialmente as responsabilidades de cada uma delas. A Doutrina, a Ciência e a Tecnologia passaram à responsabilidade da 3ª Subchefia. Por esse

regulamento, os estudos estratégicos e o planejamento estratégico, assuntos diretamente relacionados com a Doutrina, passaram para o encargo da 1ª Subchefia, enquanto o Planejamento Operacional passou para a 2ª Subchefia (Figura 4).

Do final da década de 1980 até o ano de 1991, outras modificações seriam efetivadas na estrutura do EME, sem afetar, contudo, o esquema de produção doutrinária. Especificamente para a 3ª Subchefia, foram criadas seções para tratar da implantação da Guerra Eletrônica e da Aviação do

***“A facilidade de acesso deve alcançar os pontos mais extremos no Brasil e no exterior.”***

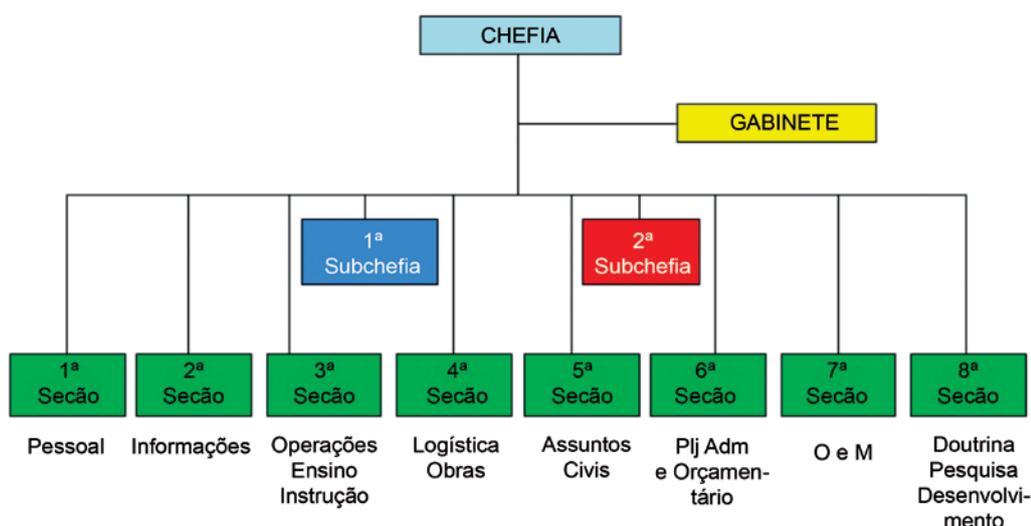


Figura 3: – Organograma do EME em 1968 (11º Regulamento) - Fonte: Adaptado de Brasil (1984)

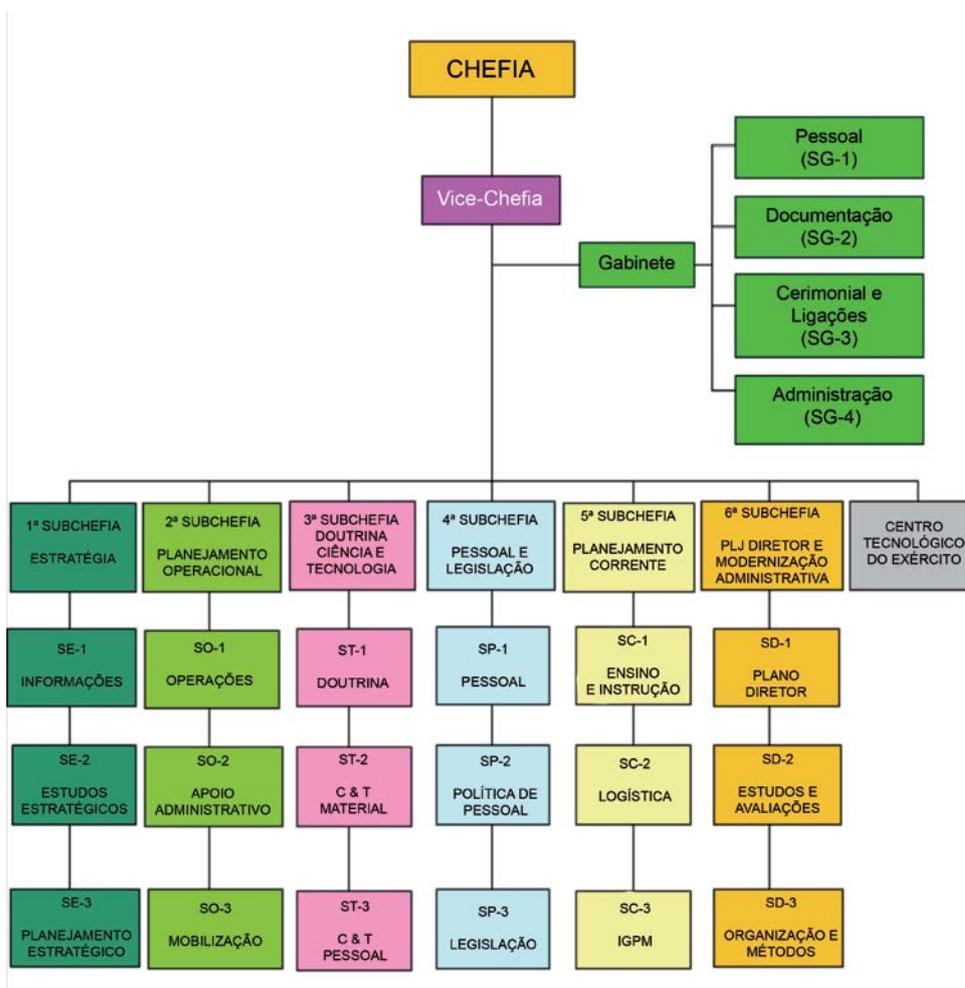


Figura 4: – Organograma do EME em 1983 (15º Regulamento) - Fonte: Brasil (1996, p 27)

Exército<sup>37</sup>.

No ano de 1991, o EME passou por uma efetiva reorganização, em vigor a partir de outubro do mesmo ano, com uma nova estrutura decorrente da análise funcional dos anos anteriores e à semelhança de um estado-maior clássico. A 3ª Subchefia centralizou a Doutrina em seus níveis estratégicos (até então na 1ª Subchefia) e operacional, passando a tratar de Doutrina, Política e Estratégia. O recém-ativado COTER passou a absorver o Planejamento Operacional. A Ciência e Tecnologia passaram da 3ª para a 4ª Subchefia, entre outras mudanças estruturais (Figura 5).

A 3ª Subchefia, então denominada de Subchefia de Doutrina, Política e Estratégia (SDPE), foi estruturada em duas seções: Doutrina

Militar Terrestre (SDPE-1) e Política e Estratégia (SDPE-2). Entre as suas principais atribuições, pode-se destacar:

“- realizar o planejamento global do Exército (SIPLEX), estabelecendo os padrões de avaliação necessários ao controle de sua execução;

orientar, coordenar e consolidar a formulação da Política e da Diretriz Estratégica específica de cada Sistema e os Planos Básicos de responsabilidade do EME;

formular, consolidar, aperfeiçoar e difundir a Doutrina Militar Terrestre nos seus níveis político-estratégico (Emprego e Preparo Estratégico do Exército) e básico de Emprego da Força Terrestre (Estratégia Operacional e Tática).”<sup>38</sup>

Como consequência da Coletânea “Doutrina Militar Terrestre”, ocorreu uma nova organização

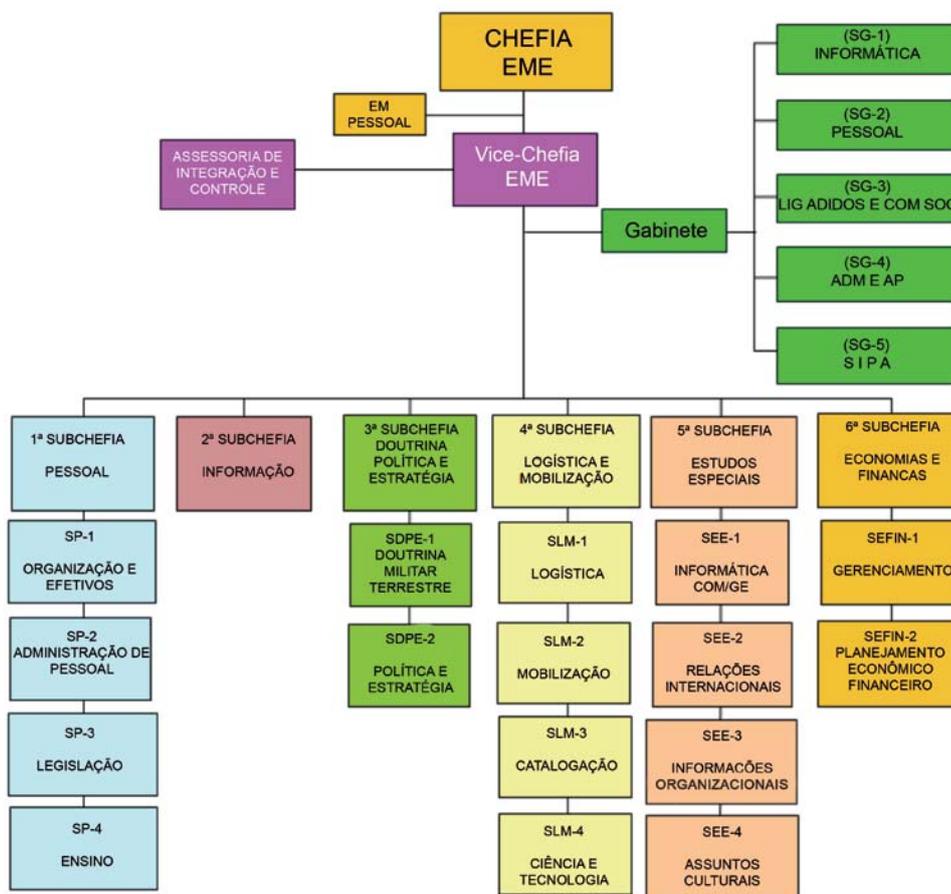


Figura 5: – Organograma do EME em 1991 - Fonte: Adaptado de Brasil (1996, p. 201)

da 3ª Subchefia, em 1993, pela qual as duas seções anteriores foram reorganizadas e denominadas: Seção de Doutrina Preparo e Emprego do Exército (SDPE-1) e Seção de Doutrina Preparo e Emprego da F Ter (SDPE-2). Aquela orientada para o nível estratégico e esta para o nível operacional. Em 1994, uma nova reestruturação da 3ª Subchefia criou a terceira seção, passando a contar com a seguinte organização:

“Política, Estratégica (SDPE-1), orientada para o planejamento estratégico do Exército; Doutrina Militar Terrestre (SDPE-2), encarregada de assuntos ligados à formulação e evolução da DMT; e Preparo e emprego da Força Terrestre (SDPE-3), voltada para a orientação, controle, preparo e emprego da F Ter.”<sup>39</sup>

Entre 1984 e 1999, mesmo com as diversas modificações estruturais ocorridas no EME,

estiveram em vigor apenas dois regulamentos: o décimo quinto e o décimo sexto Regulamento, de abril de 1998, o qual consolidou a estrutura de estado-maior em vigor desde 1991.

### EVOLUÇÃO RECENTE

A criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, assinalou um marco temporal a partir do qual o desenvolvimento da DMT passou a observar e adotar os preceitos doutrinários emanados deste novo Ministério. A hierarquia das publicações e a formulação doutrinária vêm exigindo da Força Terrestre, desde então, o esforço voltado para as Operações Conjuntas.

Com o MD, o tema Defesa Nacional passou a ter uma abordagem mais significativa no cenário brasileiro. Foi assim que, atento às necessidades conjunturais, o EME criou, em 2004, o Centro

de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx), subordinando-o ao Vice-Chefe do EME e vinculando-o à 3ª Subchefia. O acompanhamento cerrado dos cenários prospectivos melhorou significativamente a atualização do SIPLEEx. Vale, contudo, salientar que o CEEEx foi composto por militares alocados das próprias seções da 3ª Subchefia, sem acréscimo de pessoal, o que reduziu a parcela dedicada especificamente ao desenvolvimento da DMT.

Com a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END)<sup>40</sup>, ocorreu uma orientação da articulação e do equipamento das Forças Armadas.

Para atender às demandas de planejamento da END, o EME, entre outras ações, criou, em 2009, a 7ª Subchefia – por transformação da Seção de Política e Estratégia (SDPE-1) da 3ª Subchefia – e a Assessoria Especial de Gestão e Projetos (AEGP), atual Escritório de Projetos do Exército (EPEX) (Figura 6).

A 7ª Subchefia absorveu, também, as

atribuições do CEEEx, criado em 2004. Como consequência dessa reestruturação, a 3ª Subchefia, desmembrou a Seção remanescente – a de Doutrina Militar Terrestre (SDPE-2) – em duas novas seções: Seção de Planejamento e Acompanhamento Doutrinário (SDMT-1) e a Seção de Formulação Doutrinária (SDMT-2).

Durante os anos de 2009 e 2010, no bojo do Processo de Transformação do EB<sup>41</sup>, o Grupo de Trabalho do Vetor Doutrina, com o propósito de analisar a situação e propor soluções para transformar a DMT, realizou seminários e reuniões sobre o sistema, coordenados pela equipe da 3ª Subchefia do EME, contando com a participação de representantes de todos os Comandos Militares de Área (C Mil A) e Órgãos de Direção Setorial (ODS).

Da análise das conclusões desse trabalho, foram levantados os principais fatores que afetavam a confiabilidade, a qualidade e a efetividade dos produtos da Doutrina Militar

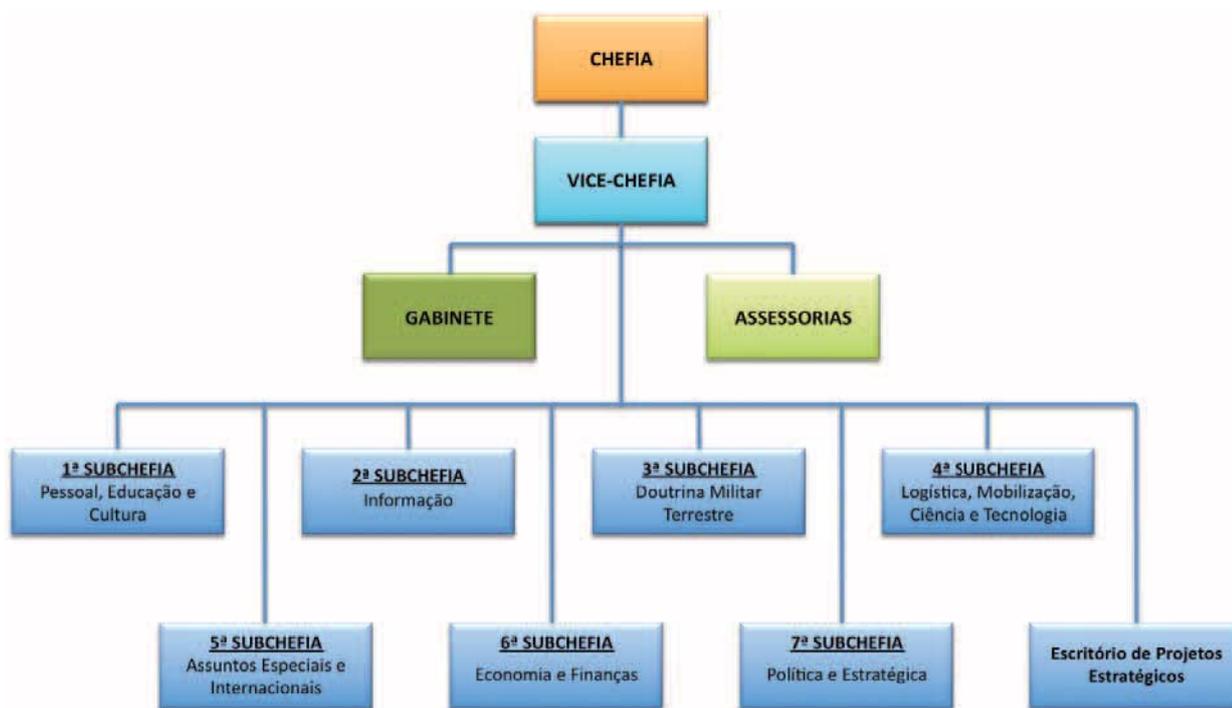


Figura 6: – Organograma atual do EME.

Terrestre. O EME, sensível às recomendações incluídas nos relatórios produzidos, identificou a necessidade de atualizar o Sistema de Doutrina, com a criação de um órgão central da Doutrina Militar Terrestre.

Como consequência, em junho de 2010, foi criado o Centro de Doutrina do Exército (C Dou Ex)<sup>42</sup>, subordinado ao EME e estruturado de modo a possibilitar a governança da Doutrina Militar Terrestre e a gestão de todo o conhecimento de interesse. A partir de sua ativação, em novembro de 2012, o funcionamento do SIDOMT passou a ser matricial, com transversalidade por todos os centros capazes de participar da formulação doutrinária.

### NOVOS HORIZONTES PARA A DMT

Assim como a evolução da doutrina da Força Terrestre acompanhou a evolução do próprio EME, é possível constatar que a consciência dos quadros

quanto à importância da doutrina alcançou níveis progressivamente mais altos, chegando ao estágio de entendimento da necessidade de uma DMT flexível, não dogmática, capaz de evoluir constantemente na busca de novas concepções e conceitos.

A criação do C Dou Ex, no momento em que a Força Terrestre busca evoluir suas estruturas, confirma a doutrina como um dos principais vetores dessa transformação. A intenção é clara: o Exército pretende adaptar-se à velocidade com que ocorrem os avanços tecnológicos no mundo de hoje, o que lhe permitirá seletivamente absorver as adaptações na forma como prepara suas tropas para o emprego nas diversas missões a ele atribuídas.

Sem dúvida alguma, o Exército Brasileiro descortina um novo horizonte, atualizando-se para os desafios de hoje e de amanhã.

---

#### NOTAS

1 O Glossário da Forças Armadas apresenta a definição de DMT como o conjunto de valores, princípios gerais, de conceitos básicos, de concepções, de normas, de métodos e de processos, que tem por finalidade orientar a organização, o preparo e o emprego do Exército. A DMT é normalmente explicitada por meio de publicações doutrinárias como, por exemplo, Manuais de Campanha, Quadros de Organização e outros documentos afins.

2. O EME foi criado pela Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896 e sua missão descrita no Art 2o deste dispositivo legal. Ao longo de sua história o EME teve dezoito Regulamentos que estabelecem as competências e atribuições da Chefia e das estruturas subordinadas.

3. Brasil. Exército. Estado-Maior. História do Estado-Maior do Exército. Trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Coronel de Artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

4. Op. Cit, p. 41

5. Op. Cit, p. 28

6. Op. Cit, p. 29

7. Ibidem

8. Op. Cit, p. 33

9. Op. Cit, p. 46

10. Op Cit, p. 34

11. Op Cit, p.59

12. Ibidem.

13. Denominação atribuída aos instrutores selecionados mediante concurso para a Escola Militar do Realengo (1919-1922).

14. Op Cit, p. 76. Grifo nosso.

15. Op Cit, p. 65.

16. O termo Doutrina Militar Terrestre foi adotado pelo EME a partir de 1998, em seu décimo sexto Regulamento, em substituição à expressão Doutrina Militar da Força Terrestre, constante do décimo quinto Regulamento, de 1983. Em anos anteriores, as expressões "Doutrina de Emprego da Força Terrestre" e, até mesmo, "Doutrina Militar de Emprego da Força Terrestre" também foram utilizadas para se referir à DMT, como compreendida atualmente.

17. Op Cit, p. 109.

18. *Op Cit*, p. 111.
19. *Ibidem*.
20. *Op Cit*, p. 112.
21. *Op Cit*, p. 170.
22. *Op Cit*, p. 166-168.
23. *As Instruções Provisórias eram assim denominadas porque o Estado-Maior, naquela fase de evolução e mudanças, desejava submetê-las, inicialmente, ao estudo dos Chefes militares e à experimentação. O PEM vigorou até 1987 com a previsão de preparo de manuais anualmente. Dos 74 manuais de campanha e 44 manuais técnicos previstos para 1979, foram elaborados 37 de campanha e 18 técnicos, prosseguindo os trabalhos em 1980 e 1981. Em 1982, foi necessário elaborar um novo PEM relacionando os manuais previstos anteriormente e cujos projetos estavam em andamento. Finalmente, em 1983, o PEM 83/87 previu a elaboração de 298 manuais de campanha.* *Op Cit*, p. 284.
24. *A Secretaria de Ciência e Tecnologia foi criada pelo Decreto nº 90.649, de 10 de dezembro de 1984 e contou inicialmente com o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), criado pelo Decreto nº 84.095, de 16 de outubro de 1979, inicialmente subordinado ao EME, e com o Centro de Avaliações do Exército (CAEx).*
25. *A Portaria nº 77 – EME, de 4 de dezembro de 1985, estabeleceu a Metodologia de Planejamento do Sistema de Planejamento do Exército.*
26. *Brasil. Exército. Estado-Maior. História do Estado-Maior do Exército. Trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Coronel de Artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p.129.*
27. *A coletânea tinha por finalidade orientar a sistemática, a formulação, experimentação e evolução da Doutrina nos níveis político-estratégico e operacional, e as linhas mestras do Planejamento Militar Terrestre.* *Op Cit*, p. 246.
28. *Brasil. Exército. Estado-Maior. Portaria nº 095-EME, de 15 de setembro de 1995: Aprova a Diretriz para o Sistema de Doutrina Preparo e Emprego da Força Terrestre (SIDOPE). Brasília, DF, 1995.*
29. *Brasil. Exército. Estado-Maior. História do Estado-Maior do Exército. Trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Coronel de Artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996* *Op Cit*, p. 246.
30. *Brasil. Exército. Estado-Maior. IG 20-13: Instruções Gerais para a Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT). Brasília, DF, 1999.*
31. *Brasil. Exército. Estado-Maior. História do Estado-Maior do Exército. Trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Coronel de Artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, p. 37.*
32. *Op Cit*, p. 39.
33. *Op Cit*, p. 150.
34. *Op Cit*, p. 151.
35. *Op Cit*, p. 250.
36. *Op Cit*, p. 256.
37. *Em 1986, foi criada a Comissão para implantação da Aviação do Exército, junto à ST-3 (Seção de Ciência e Tecnologia – Pessoal) e a organização do Núcleo de Implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (NICIGE); em 1987, foi criada a ST-4, Seção de Aviação do Exército (Sec Av Ex) em substituição à Comissão para implantação da Aviação do Exército; e em 1990, foram extintas as Sec Av Ex e o NICIG.*
38. *Brasil. Exército. Estado-Maior. História do Estado-Maior do Exército. Trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Coronel de Artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p. 202.*
39. *A SDPE-3 foi criada com intuito de aprimorar a ligação e a coordenação com o COTER, mais tarde extinta e incorporada à SDPE-2 (ARAKAKI, 2012).* *Op Cit*, p. 221.
40. *Brasil. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez. 2008.*
41. *Brasil. Exército. Estado-Maior. O Processo de transformação do Exército. Brasília, DF, 2010.*
42. *Em fevereiro de 2012, a Portaria nº 129, do Comandante do Exército, determinou a ativação do C Dou Ex, a contar de 1º de novembro de 2012.*